



PESQUISA DESVENDA A

MACHOSFERA

Pesquisa da Escola de Comunicação da UFRJ mergulhou num dos universos mais sórdidos da vida contemporânea: as redes sociais controladas por grupos misóginos. Não são poucos. Só no Youtube, os pesquisadores registraram 23 milhões de seguidores de 123 canais que estimulam a violência contra mulheres. O movimento é crescente. Em apenas dois anos, essas redes cresceram 18% e produziram 25 mil vídeos. “A circulação de conteúdos que naturalizam a violência faz com que as pessoas levem isso para fora da internet”, acredita a professora Luciane Belin, coordenadora de pesquisas do NetLab, unidade responsável pelo estudo.

O incremento da machosfera na internet coincide com o aumento dos casos de feminicídio no país. Em 2025, foram 1.568 mulheres vítimas de assassinato no Brasil, com crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior. “O aumento da misoginia online está ligado ao aumento da violência contra mulheres na vida real. É muito difícil descolar uma coisa da outra”, alerta Luciene.



REPRODUÇÃO

CONSELHO DE REPRESENTANTES DISCUTE SEDE E PLANO DE SAÚDE

A diretoria da AdUFRJ reuniu o Conselho de Representantes para passar informes sobre as ações da gestão. O encontro foi híbrido: aconteceu presencialmente na Decania do Centro de Tecnologia e remotamente, via Zoom.

Uma das preocupações da diretoria é oferecer aos sindicalizados um plano de saúde menos oneroso e com boa cobertura para emergências e CTI. Dentre as possibilidades estudadas, o Fiosaúde demonstrou mais vantagens: possui boa rede de cobertura, incluindo a Casa de Saúde São José, custos menores e possibilidade de adicionar familiares ao mesmo plano.

“Tem sido difícil estabelecer planos de saúde com preços razoáveis. Os custos afetam muito tanto os mais jovens quanto os professores aposentados”, disse a presidenta da AdUFRJ, Ligia Bahia. “O Fiosaúde é um plano de autogestão da Fiocruz. É mais barato porque não é gerido pela lógica das empresas privadas”, explicou. “Essa é uma sugestão, mas queremos agendar uma reunião dos gestores do plano com os docentes da UFRJ para apresentação e para tirar dúvidas”, afirmou.

A reunião para debater o tema com a equipe do plano de saúde vai acontecer no próximo dia 14, às 11h30, no Auditório Marcos Moraes, no subsolo do Bloco L do CCS.

SEDE

O professor Pedro Lagerblad apresentou o projeto preliminar da sede da AdUFRJ. O prédio terá dois andares e será construído no Fundão, entre o Horto Florestal da Prefeitura Universitária e o Sintufjr, na praça Jorge Machado Moreira. No primeiro andar, haverá uma área de lanchonete e restaurante que funcionará todos os dias. “Queremos que a sede seja

VENHA DEBATER UMA NOVA ALTERNATIVA DE PLANO DE SAÚDE. O REPRESENTANTE DO FIOSAÚDE, DA FIOCRUZ, ESTARÁ PRESENTE.

PLANO DE SAÚDE

14 DE ABRIL, 11H30
AUDITÓRIO MARCOS MORAES, CCS, BLOCO L, SUBSOLO
(DESCER PELA ESCADA NA ARENA DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO)

AdUFRJ

“Tem sido difícil estabelecer planos de saúde com preços razoáveis. Os custos afetam muito tanto os mais jovens quanto os professores aposentados”

Ligia Bahia
Presidenta da AdUFRJ

um ponto de encontro dos professores da UFRJ”, afirmou Pedro. No segundo andar, ficarão as instalações administrativas, de comunicação e salas de reunião. A diretoria já contratou o escritório de arquitetura responsável pela elaboração do projeto executivo. O serviço será realizado pelo Urbanacão, do arquiteto Carlos Fernando Andrade, ex-presidente do IAB-RJ. “As obras devem começar em julho deste ano e a perspectiva é que a sede seja finalizada e entregue em 2027”, concluiu.

AÇÕES

A professora Luisa Ketzner apresentou um balanço das principais ações da diretoria. Um dos destaques foi para o edital de apoio a eventos, lançado em novembro passado. Por meio do edital, 34 solicitações foram enviadas à AdUFRJ e 31 apoios foram concedidos, ao custo total de R\$ 33,4 mil. As atividades foram organizadas por professores, técnicos, estudantes e

movimentos sociais. O edital busca apoiar iniciativas que promovam direitos, inclusão, democracia, ciência e educação pública. Para saber mais, acesse nosso site: www.adufrj.org.br, na aba “Serviços>Solicitação de Apoio”.

VISITA ÀS UNIDADES

Também está nos planos da diretoria iniciar uma agenda de reuniões nas unidades acadêmicas. A primeira unidade já confirmada é o campus Duque de Caxias, no dia 13 de abril. O professor André Luis Mourão Uzêda, representante do Colégio de Aplicação, pediu que o horário da reunião na sua unidade fosse modificado para o meio-dia, de forma que pudesse congregos os docentes que atuam no turno da manhã e os da tarde. A solicitação foi prontamente atendida pela direção da AdUFRJ. “Nossa ideia é agregar unidades que tenham problemas de condições de trabalho. É o nosso enfoque neste momento”, explicou a presidenta Ligia Bahia.

AS PRIMEIRAS UNIDADES SÃO:

- 13 de abril / 10h
Campus UFRJ Duque de Caxias – Auditório do Bloco C
- 27 de abril / 12h
Colégio de Aplicação
- 11 de maio / 10h
Escola de Belas Artes
- 25 de maio / 10h
Escola de Educação Física e Desportos
- 08 de junho / 10h
Observatório do Valongo
- 22 de junho / 10h
Escola de Química

CONVÊNIO

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrj.org.br.

RIO DE JANEIRO

- IBEU
- CLUB PET
- MAPLE BEAR TIJUCA
- MIT CUIDADORES
- ACADEMIA TIJUCA FIT
- MADONA CLINIC
- Psicare PSICARE
- FISIOTERAPIA RJ LTDA
- CRECHE AMANHECENDO
- CRECHE ESCOLA RECRIAR
- CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
- ROÇA URBANA ORGÂNICOS
- JC LUZ CORRETORA
- FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL
- BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS
- MACAÉ ESCOLA ALFA
- CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL
- HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR
- MAIS FITNESS ACADEMIA
- CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA
- RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR
- KALUNGA PAPELARIA
- DROGARIA RAIA
- WELLHUB

Cientistas se unem em rede para combater a violência

> Objetivo da Rede Artigo 5º é promover estudos e reflexões com base em evidências científicas para pautar as políticas de segurança pública do estado. AdUFRJ é fundadora e participa da articulação

FOTOS: ALESSANDRO COSTA



SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Oferecer subsídios para a formulação de modelos alternativos de combate ao crime organizado, a partir da percepção de que a tática das grandes operações policiais são ineficazes e incapazes de conter a atuação dos grupos armados — que já controlam 18% do território da região metropolitana do Rio, onde vivem 4 milhões de pessoas. Esse é o foco da Rede Universitária Segurança Para Todos Artigo 5º (<https://artigo5tj.org>), iniciativa inédita que reúne grupos de pesquisa de várias instituições do Rio, lançada em 26 de março passado.

O mote para a criação da rede foi a chacina de 28 de outubro do ano passado, quando 117 civis e cinco agentes de segurança morreram em decorrência de uma grande operação policial nos complexos da Penha e do Alemão. Foi da AdUFRJ a iniciativa de convocar uma reunião emergencial de pesquisadores em segurança pública logo após a operação. “Articulamos a primeira reunião num sábado pela manhã, em 1º de novembro, poucos dias após a chacina”, conta a presidenta da AdUFRJ, professora Ligia Bahia. “Essa velocidade de reação demonstra que a academia está articulada e pronta a responder aos desafios sociais”, defende ela.

ESFORÇO COLETIVO

O evento de lançamento da Rede reuniu gestores e especialistas de universidades públicas e privadas do Rio, além de instituições de pesquisa, no auditório do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), que é um parceiro da articulação, ao lado de entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Representantes da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Município do Rio de Janeiro, Fiocruz, Uerj, UFRJ, UFF, Unirio, PUC-



Ignácio Cano, Lenin Pires, João Trajano, Marcelo Burgos, Alexandre Werneck e Edinilsa Souza representam grupos de pesquisa do Artigo 5º

“Uma das vocações da Academia é buscar soluções baseadas em evidências científicas para problemas sociais. A rede emerge dessa necessidade”

LIGIA BAHIA
Presidenta da AdUFRJ

-Rio, além da AdUFRJ, também estiveram presentes.

O nome “Artigo 5º” remete ao texto da Constituição Federal de 1988, que, em seu 5º artigo, reúne os princípios que norteiam os direitos básicos de todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no país. Dentre os quais igualdade, segurança, livre manifestação do pensamento e liberdade de crença.

A professora Ligia Bahia acredita que os cientistas têm muito a contribuir para a formulação de políticas públicas na área de Segurança Pública. “Uma das vocações da Academia é buscar

soluções baseadas em evidências científicas para problemas sociais. A rede emerge dessa necessidade. Não dá mais para matar, matar, matar, morrer, morrer, morrer, num ciclo vicioso que não gera nenhum resultado além de mais violência”, afirma a professora. “A ciência é capaz de nos mostrar caminhos, com princípios que garantam a dignidade e protejam a vida das pessoas. Todas as pessoas importam”, pontua.

Especialista em saúde coletiva, a docente destaca o impacto da violência na saúde da população. “Também do ponto de vista da saúde, há enormes repercussões para a população que vive em áreas de conflito armado”, afirma. “Isso se traduz em quadros de adoecimento e há impactos também na prestação dos serviços. A cada confronto, a população deixa de receber atendimento de saúde. As UPAs fecham, as clínicas da família fecham”, lembra. “Ou seja, o problema da violência no estado do Rio de Janeiro não é uma questão isolada, mas sistêmica, que afeta outras áreas do conhecimento e impacta a vida das pessoas de forma global”.

O vice-presidente da AdUFRJ, professor Michel Gherman, saudou a articulação. “Estamos vendo grandes nomes da reflexão acadêmica produzindo perspectivas e estratégias de



ARTICULAÇÃO Ligia Bahia liderou movimento de criação da Rede



GHERMAN: “Tarefa histórica de produzir reflexão sobre o país”

combate não só à violência, mas principalmente ao discurso sobre a violência. As universidades do Rio de Janeiro estão construindo uma esperança, a de que o discurso acadêmico influencie efetivamente o discurso público”, afirmou.

O docente também destacou o

papel da AdUFRJ. “Nós estamos acumulando já há algumas gestões essa tarefa histórica e essa tradição de produzir dentro do movimento sindical uma reflexão acadêmica sobre o que fazer com esse país”.

Nas páginas 4 e 5, você acompanha as reflexões dos gestores e dos especialistas que participaram do encontro. Na página 6, um estudo da UFF e do Instituto Fogo Cruzado mostra a evolução do domínio territorial do estado do Rio de Janeiro por grupos armados. O diagnóstico é que o modelo das megaoperações policiais não contava a expansão do Comando Vermelho, principal facção do tráfico do estado. Além disso, a pesquisa registra o avanço das milícias, sobretudo da Zona Oeste e da Baixada Fluminense.



ALESSANDRO COSTA

A PARTIR da esq.: Márcio Portes, José da Costa Filho, Gulnar Azevedo, Roberto Medronho, Mônica Savedra, Marly Cruz, Jackeline Farbiarz, Débora Foguel, Tatiana Roque e Michel Gherman

Gestores apoiam iniciativa e prometem ampliar a Rede

> Autoridades ligadas a instituições científicas do estado reforçam o compromisso de dar visibilidade a ações da Rede e afirmam a importância da atuação conjunta com o poder público



SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Os gestores das universidades e instituições de pesquisa do Rio de Janeiro prestigiaram o primeiro encontro da Rede Artigo 5º e declararam total apoio a iniciativas que busquem reduzir a letalidade no estado. O reitor José da Costa Filho, da UniRio, foi um deles. Professor de teatro, o reitor defendeu a inserção de políticas culturais para pessoas em vulnerabilidade social. “Eu não tenho dúvida de que a desqualificação completa da condição cidadã e subjetiva das pessoas, a redução à realidade

biológica, torna aquela vida nua, descartável, matável. É uma vida que não tem outra valia. Não é cidadã, não é científica, não é política. Não tem subjetividade. Está ali para ser aniquilada”, afirmou. “Foi isso que aconteceu em outubro passado”, disse o dirigente, ao se referir à pouca comoção popular à chacina de 28 de outubro.

Ele também aproveitou o momento para elogiar a atuação da ADUFRJ. “Parabéns por atuarem num campo político mais amplo. Nossa tarefa sindical tem também um compromisso amplo. As nossas instituições são ameaçadas pelo avanço da extrema direita”, destacou.

O reitor Roberto Medonho declarou total apoio à rede. “Essa iniciativa de reunir a inteligência para discutir esse tema tão sensível é um marco histórico. Precisamos agora dar mais visibilidade ao Artigo 5º da nossa Carta Magna. Há direitos fundamentais ali explicitados que nunca foram seguidos”, disse. “Um dos compromissos da UFRJ é fazer ampla divulgação do que está sendo produzido por essa brilhante rede”, garan-

tiu o reitor.

Medronho também comentou o impacto das imagens que circularam em outubro passado, dos corpos na rua, no dia seguinte à megaoperação dos complexos da Penha e do Alemão. “Eu acho que as atrocidades sobre as quais esse país foi constituído, com sangue de pessoas negras escravizadas, gerou de certa forma uma naturalização da violência”, disse. “Para constituição de políticas públicas não só mais eficazes, mas mais humanas, que levem em conta a dimensão civilizatória, é fundamental a integração da academia, da ciência, da gestão pública e da sociedade”.

Reitora da UERJ, a professora Gulnar Azevedo defendeu a atuação coletiva da rede. “Se a gente não se estruturar em rede, se a gente não se proteger, não vamos conseguir avançar”, afirmou a dirigente. Ela comentou o quanto a violência degrada o dia a dia da população especialmente da cidade do Rio de Janeiro. “Acontece uma chacina dessas, num dia, mas as crianças precisam continuar indo para a escola. Os serviços pre-

cisam continuar funcionando. Então, precisamos muito atuar com todas as áreas para abraçar essas realidades. Enquanto gestora da UERJ, daremos todo apoio necessário”.

A vice-presidenta da Fiocruz, a pesquisadora Marly Marques da Cruz, falou sobre os reflexos e repercussões que a violência gera no fazer acadêmico de muitas das instituições científicas da cidade, dentre elas, a própria Fiocruz. A Fundação fica às margens da Avenida Brasil, entre a Maré e Mangueiros. “Participamos desde o princípio da rede não só porque acreditamos nela, mas porque vivemos dia a dia essa necessidade de fortalecer políticas que combatam a violência”, justificou. “Hoje, a principal causa de atendimento no nosso Serviço de Saúde do Trabalhador é por transtornos relacionados à violência”, revelou a gestora. “Nós temos unidades no campus Mangueiros que são blindadas, mas não vale de muito. Temos um sistema diário que as pessoas precisam consultar antes de sair de casa, porque tem níveis diferentes de atenção. Então,

nos vemos reféns de uma situação que só se agrava”.

Para a dirigente, a única maneira de tentar mudar o curso da política de segurança pública do Rio de Janeiro é, mesmo, a atuação em rede. “Digo isto porque individualmente nós já tentamos, em contato com várias instâncias. Isto não foi suficiente para que a violência naquele território reduzisse”, atestou. “Também temos valorizado internamente a atuação nos territórios e junto aos movimentos sociais porque eles têm muito a contribuir e são diretamente interessados porque vivem essa realidade. Há várias interrupções dos serviços de saúde e das escolas nos territórios (conflagrados)”, disse.

Também participaram do evento a pró-reitora de pós-graduação da UFF, professora Mônica Savedra; a vice-reitora da PUC-Rio, professora Jackeline Farbiarz; a professora Débora Foguel, em nome da SBPC e da ABC; e a professora Tatiana Roque, então secretária municipal de Ciência e Tecnologia. A integra dos debates está no canal da TV ADUFRJ, no Youtube.

ESPECIALISTAS ALERTAM PARA MODELO INEFICAZ

> Combate ao crime organizado com base em grandes operações — o “modelo da guerra” — tem se mostrado não só ineficiente como também gerado chacinas com muitas mortes de civis e policiais



FOTO: ALESSANDRO COSTA

ANÁLISES. Especialistas que compõem a Rede fazem diagnóstico da violência. Da esq. para a dir.: Marcelo Burgos, Edinilsa Ramos de Souza, Alexandre Werneck e Ignácio Cano



ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Deixar de lado um modelo de enfrentamento ao crime baseado em grandes operações policiais, que deixam rastros de mortes, além de entender e enfrentar a percepção de que a maioria da opinião pública apoia esse tipo de ação. Esses são desafios sobre os quais os especialistas reunidos na Rede Universitária de Segurança Pública — Artigo 5º vão se debater. “Nós podemos ajudar a alavancar outras direções para a política pública na área de segurança. Estamos em um processo perigoso de naturalização da barbárie”, ponderou João Trajano, professor do Instituto de Ciências Sociais da Uerj, no lançamento da Rede, no CBPF.

De acordo com Marcelo Burgos, professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, que coordenou a mesa dos especialistas, o gatilho para a construção da Rede Artigo 5º foi a chacina de 28 de outubro de 2025, nos complexos do Alemão e da Penha, com 117 mortos civis — considerados suspeitos pelas forças de segurança — e mais cinco policiais. “Mais do que as cenas dramáticas, a morte, o sofrimento de todos os envolvidos, nos assustou a reação da

população, ou ao menos de uma parte dela, uma certa naturalização daquilo que não temos como não chamar de barbárie. Isso foi um gatilho para que nós tomássemos esse caminho da rede”, lembrou Burgos.

O professor da PUC-Rio saudou a iniciativa da ADUFRJ. “Temos aqui vários núcleos universitários com um grande patrimônio acumulado de conhecimento e de reflexão nesse campo. E a ideia, liderada pela ADUFRJ, foi a de que era preciso construir um espaço para que a Ciência pudesse falar. É muito significativo que nós venhamos fazendo essas reuniões aqui no CBPF, que a SBPC e a ABC estejam nos apoiando, porque isso abre para nós, cientistas sociais, um lugar novo, que talvez já devesse ter sido criado há muito tempo”.

NOVOS CAMINHOS

Burgos sintetizou uma avaliação geral dos especialistas: a ineficácia das políticas de segurança praticadas não só pelo atual governo do estado do Rio de Janeiro, mas pelos últimos governos, ao longo de décadas. “Não é preciso muito esforço para convergirmos em torno desse diagnóstico. A maior evidência disso é que temos operações policiais encarniçadas, com muitas mortes, e os grupos armados não pararam de se expandir nos territórios. Não adianta repetir a mesma fórmula achando que vamos ter um resultado diferente. É preciso criar novos caminhos, e essa rede nasce com a pretensão de ser uma contribuição nessa direção”.

E são várias as contribuições, em diferentes vertentes. De início, a Rede vai atuar a partir de quatro eixos: domínio territorial dos grupos armados; o uso da força policial; o pacto



A raiva tem sido o mote para justificar ações de vários governos, e tem penetrado no imaginário de nossa população. Sem desarmar esse aparato, a gente não conseguirá avançar no sentido de um debate de uma segurança cidadã e para todos

ALEXANDRE WERNECK
Coordenador do NECVU/UFRJ

federativo; e as condições de trabalho dos agentes de segurança pública. No primeiro eixo, um dos principais estudos é o do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF): o Mapa Histórico dos Grupos Armados (saiba mais sobre esse estudo na matéria da página 6). No eixo das condições de trabalho dos agentes de segurança

pública merecem destaque os estudos desenvolvidos pela Fiocruz. Um deles — “Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro — teve como uma das coordenadoras a pesquisadora Edinilsa Ramos de Souza, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). “Temos estudos nesse campo para contribuir para esta Rede. Esse profissional de segurança tem jornadas de trabalho estressantes e quase não relaxa, com sérios impactos na sua saúde física e mental”, disse Edinilsa.

Pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-INEAC/UFF), Lenin Pires trouxe para a Rede a vasta experiência acumulada em pesquisas no campo da segurança. “O INCT-INEAC congrega universidades e grupos de pesquisa de oito estados brasileiros, além de nove países (África do Sul, Argentina, Canadá, Estados Unidos, França, Portugal, Peru, México e Suíça), com sede na UFF. É uma rede multidisciplinar de 300 pesquisadores nas áreas de Antropologia, Direito, Sociologia, Psicologia, Segurança Pública, História e Comunicação Social”, ressaltou Lenin.

O professor da Uerj acredita que o Rio de Janeiro, que hoje vive sob o estigma da violência urbana desordenada, possa virar a chave: “O Rio de Janeiro não está condenado a ser sempre palco de violência e de criminalidade. Sociedades que hoje são relativamente pacíficas já foram violentas no passado. O modelo da guerra, que temos usado nos últimos 30 anos, não funciona, é falido. Não há um exército do outro lado que um dia vá se render. Se matar resolvesse o problema da segurança já teríamos resolvido o problema várias vezes e há muito tempo. Precisamos de um modelo alternativo, e essa rede quer oferecer subsídios para essa mudança”.

SEGURANÇA CIDADÃ

Para Alexandre Werneck, coordenador do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ), a raiva tem ocupado um lugar central nas políticas de segurança pública. “Ela tem sido o mote para justificar ações de vários governos, e tem penetrado no imaginário de nossa população. A raiva não é um bom senhor para tomada de decisões. Ela tem sido mobilizada propositalmente e planejadamente como

um elemento fundamental que atravessa a dinâmica das mídias sociais, e aparece cada vez mais em discursos legislativos e executivos, ou em projetos de lei”, observou o professor da UFRJ. “Sem desarmar esse aparato de raiva, a gente não conseguirá avançar no sentido de um debate de uma segurança cidadã e para todos”.

Um dos mais respeitados especialistas em Segurança Pública do país, o professor Ignácio Cano, do Instituto de Ciências Sociais da Uerj, diz que a Rede nasce com o contraponto ao modelo tradicional de combate ao crime organizado. “Em geral, as políticas públicas se baseiam em estudos, diagnósticos prévios e avaliações posteriores, como as econômicas, de Saúde e de Educação. Mas na área de Segurança Pública não é assim que acontece: as políticas são baseadas no achismo, na emoção, na raiva ou em interesse eleitoral. Nós estamos aqui porque queremos ser ouvidos na formulação dessas políticas”, defendeu Ignácio.

O professor da Uerj acredita que o Rio de Janeiro, que hoje vive sob o estigma da violência urbana desordenada, possa virar a chave: “O Rio de Janeiro não está condenado a ser sempre palco de violência e de criminalidade. Sociedades que hoje são relativamente pacíficas já foram violentas no passado. O modelo da guerra, que temos usado nos últimos 30 anos, não funciona, é falido. Não há um exército do outro lado que um dia vá se render. Se matar resolvesse o problema da segurança já teríamos resolvido o problema várias vezes e há muito tempo. Precisamos de um modelo alternativo, e essa rede quer oferecer subsídios para essa mudança”.

Quatro milhões de pessoas vivem em áreas conflagradas

> Estudo da UFF e do Instituto Fogo Cruzado mostra que grupos armados controlam ou impõem sua influência sobre 35% da população do Rio, e reinam em 18% da área urbana da região metropolitana



ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Uma pesquisa recente do Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos (Geni) da UFF é basilar para demonstrar a ineficácia das grandes operações policiais como forma de enfrentamento ao crime organizado no Rio de Janeiro — diagnóstico central da Rede Artigo 5º. Divulgado no final do ano passado, o mais recente relatório do Mapa Histórico dos Grupos Armados mostra que, ao fim de 2024, mais de 4 milhões de habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro — 35% da população e 18% da área urbanizada da região — estavam sob controle ou influência desses grupos, notadamente o Comando Vermelho e as milícias.

Mais alarmante que esses números é a constatação de que esse controle ou influência vem ganhando cada vez mais espaço ao longo dos anos. A pesquisa revela que a área sob domínio dos grupos armados cresceu 130,4% entre 2007 e 2024, enquanto a população subjugada aumentou em quase 60%. “A política centrada em operações policiais se mostrou absolutamente ineficiente. A expansão do Comando Vermelho, que tem hoje o maior percentual dos territórios controlados, manteve um padrão muito estável de crescimento ao longo de toda a série histórica”, observa a pesquisadora Carolina Grillo, do Geni/UFF.

Se o Comando Vermelho manteve um padrão estável de crescimento, as milícias foram o grupo armado que mais cresceu entre 2007 e 2024. Os territórios sob seu controle aumentaram 315% (chegam a 103 quilômetros quadrados) e, se somados controle e influência, o crescimento foi de 501% (168 quilômetros quadrados). O CV teve um aumento de 46,4% dos territórios sob seu controle, e 45,1% dos territórios sob seu controle e influência somados, no mesmo período.

CONTROLE E INFLUÊNCIA

A pesquisa da UFF, feita em conjunto com o Instituto Fogo Cruzado e com o Disque-Denúncia, estabelece diferenças entre controle e influência de áreas onde atuam os grupos armados. Para exercer controle é preciso três condições: obter recursos econômicos de mercados legais ou ilegais no território; ditar normas de conduta e padrões de comportamento dos moradores; e sustentar esse domínio por meio da força.

Já a influência, segundo o estudo, “é uma espécie de controle insuficiente ou intermitente”, sob o qual as mesmas condições do controle aparecem de forma parcial, irregular ou com menor densidade, mas ainda assim produzem impacto real na vida das pessoas. “A diferença se revela decisiva para refinar a leitura da cidade: se o controle marca as áreas onde o domínio é consolidado e contínuo, a influência indica frentes de expansão, zonas de disputa e territórios em que o poder armado se infiltra pelas frestas da atuação estatal”, destaca a pesquisa.

O SALTO DAS MILÍCIAS

Os pesquisadores identificam o período entre 2016 e 2020 como o de maior expansão dos milicianos. Naqueles anos, a área total sob controle ou influência desses grupos cresceu em 90 quilômetros quadrados, dos quais 54 em controle e 36 em influência. É o período que o estudo chama de “a grande expansão”.

“Na Zona Oeste, por exemplo, as milícias têm uma característica de colonização. Elas avançam sobre territórios que não estavam sob o domínio de grupo armado algum. E têm o padrão de controlar mercados de infraestrutura urbana e de atuação muito forte no setor imobiliário, na grilagem de terras da União ou de proteção ambiental, com construções e loteamentos irregulares. As milícias coordenaram o processo de expansão urbana na Zona Oeste da capital e na Baixada Fluminense”, explica Carolina Grillo.

A influência das milícias se dá, por exemplo, na extração de recursos por meio da extorsão a determinados mercados, sem um controle ostensivo e armado. É a imposição de monopólios, que as facções do tráfico mostra que a política centrada em operações policiais”, diz ela. Outra pesquisa do Geni/UFF,



TÂNIA REGO /AGÊNCIA BRASIL

ALESSANDRO COSTA



INEFICÁCIA
Grandes operações policiais (acima) não barraram avanço dos grupos armados, diz a professora Carolina Grillo

e de empresas fornecedoras de acesso à internet, entre outros serviços. Há também uma precariedade de atuação das agências regulatórias nessas regiões. O fato de haver mais territórios sob a influência dos milicianos do que das facções do tráfico mostra que as facções dependem de um controle armado mais ostensivo”.

A pesquisadora pontua que as milícias têm períodos de expansão e retração, e são mais impactadas pelas políticas de repressão direcionadas, como investigações e trabalhos de inteligência de órgãos como a Polícia Federal e o Ministério Público, que procuram identificar os elos dessas organizações com órgãos de Estado ou atacar suas bases econômicas. “Esse tipo de ação tem um efeito muito maior sobre essas organizações do que a política centrada em operações policiais”, diz ela. Outra pesquisa do Geni/UFF,

em parceria com o Unicef e o Instituto Fogo Cruzado, divulgada no último dia 26 de março, mostra um dos mais recorrentes e cruéis impactos do domínio dos grupos armados e da política de operações policiais na vida dos habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo o estudo “Percurso interrompidos: efeitos da violência armada na mobilidade de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro”, ao menos 188.694 crianças e adolescentes da rede municipal do Rio de Janeiro tiveram seus trajetos casa-escola afetados por interrupções no transporte público causadas pela violência armada entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

O estudo analisa como a violência armada interfere na mobilidade urbana e compromete o acesso de crianças e adolescentes a direitos básicos, como a educação. Ao cruzar registros de interrupções no transporte

público — ônibus, trem, metrô e BRT — e dados de violência armada provenientes de diferentes sistemas de monitoramento, o levantamento mostra que o deslocamento diário deixou de ser previsível em parte da cidade.

Foram 2.228 interrupções registradas — 786 em 2023; 852 em 2024; e 590 até julho de 2025. Das 4.008 unidades escolares ativas em 2024, cerca de 95% delas (3.825 escolas) registraram ao menos uma interrupção do transporte público em seu entorno no período analisado. O bairro da Penha, na Zona Norte, registrou o maior número de eventos, com 633 interrupções no período analisado. O total equivale a 176 dias sem circulação de transporte público. A região foi o palco da chacina de 28 de outubro do ano passado, que mobilizou a criação da Rede Artigo 5º.

Para Carolina Grillo, que também participou desse estudo, os reflexos para os estudantes vão além dos percursos interrompidos: há uma piora de desempenho dos alunos que estão em escolas situadas em territórios controlados. E também uma maior taxa de abandono escolar. O estudo revela que a principal causa de interrupção de transporte em dias letivos é por barricadas (32,4% dos casos), e a segunda, as operações policiais (22,7%). “Essas duas principais causas estão diretamente relacionadas à dinâmica do controle territorial armado e são interligadas”, observa a professora da UFF, que fez graduação, mestrado e doutorado na UFRJ, e foi orientanda do saudoso professor Michel Misse, falecido em agosto do ano passado.

Consuni adia decisão sobre protocolo de segurança

> Quatro conselheiros pediram vistas do processo. Classificação das aulas como essenciais ou não, abono de faltas de servidores e alunos e composição do gabinete de crise são principais divergências

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A última reunião do Conselho Universitário, na manhã de 9 de abril, adiou a decisão sobre o plano de segurança da UFRJ. O documento vai regulamentar as ações da universidade em resposta a situações de violência na cidade. Quatro conselheiros pediram vistas do processo. O tema voltará na próxima sessão do colegiado.

Na discussão preliminar, apareceram divergências sobre a caracterização das aulas como atividades essenciais ou não — a classificação pode refletir na rapidez de uma decisão institucional de suspensão dessas atividades, durante uma crise, e sobre o abono de faltas subsequente.

O próprio abono de faltas de servidores (professores e técnicos) e de alunos e a posterior reposição de aulas e trabalho também foram motivo de polêmica.

“Vamos dizer que um professor more próximo ao morro do Turano (na Zona Norte do Rio) e aconteça algo ali. Ele pode autodeterminar não comparecer à universidade? Temos capacidade de monitorar todas essas situações?”, questionou o professor Carlos Frederico Leão Rocha, representante dos Titulares do CCJE.

O docente, o primeiro a pedir vistas do processo, também manifestou desconforto quanto ao abono de faltas dos servidores. “Existe uma normativa própria que não vejo refletida na resolução. Isso colocará todos os gestores em risco”, completou. “A resolução precisa dizer que



aulas são não essenciais, porque, caso contrário, não se dá a condição de suspensão imediata (em situação de violência urbana) ao professor ou aos gestores”, argumentou Natália Trindade, representante dos pós-graduandos, que também pediu vistas. “Podemos mudar a terminologia para não comunicar erradamente para a sociedade que aula não é essencial para a UFRJ”, completou.

Houve questionamentos, ainda, sobre a composição do gabinete de crise que será acionado durante a situação de violência urbana.

O PLANO

Oferecer orientação clara e ágil à comunidade UFRJ em todas as unidades e campi diante de situações de violência urbana. Este é o objetivo da política institucional que tem mobilizado o debate nas últimas sessões do

Conselho Universitário.

“Não controlamos a violência urbana, mas podemos e devemos organizar nossa resposta para proteger vidas, reduzir danos e preservar nossa missão pública com responsabilidade”, afirmou o professor Alexandre Barbosa de Oliveira, coordenador do grupo de trabalho que formulou a proposta do Plano de Segurança em discussão. No dia 26 de março, ele apresentou o projeto aos conselheiros.

Confira os principais pontos do projeto:

FUNCIONAMENTO

O sistema de alerta começa com uma avaliação técnica das informações disponíveis (por exemplo, de uma operação policial em andamento nas proximidades de um campus) pela Coordenação de Segurança da Prefeitura Universitária. A partir das 6h de cada dia (ou de

um horário ainda mais cedo, se possível), a Superintendência-Geral de Comunicação Social (SGCOM) irá disparar informes em todas as plataformas sobre o nível de risco em cada localidade. O monitoramento será contínuo e este status pode ser alterado a qualquer momento.

NÍVEIS DE RISCO

Os informes serão caracterizados por quatro cores que identificam o nível de risco de cada momento: do azul (normalidade) até o vermelho (emergencial, que levaria à suspensão das atividades, entre outras medidas)

O sistema de cartões é utilizado por várias instituições, como a Fiocruz. “Esse sistema de cores representa, para a UFRJ, uma transição do improvável para a previsibilidade”, explica o docente.

GABINETE DE CRISE

Se o nível de ameaça chegar ao cartão amarelo, quando há um alerta imediato sobre uma situação de risco elevado, será acionado o chamado “gabinete de crise”. A instância é composta por representantes das pró-reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Pessoal, além da Prefeitura Universitária e Superintendência de Comunicação. O grupo pode decidir sobre suspensão preventiva de atividades.

OBJETO DO PLANO

Estão dentro do escopo do plano situações como: tiroteios e operações policiais ou militares nos entornos dos campi, confrontos armados que causem interrupção das atividades, invasões ao espaço da universidade com risco à integridade física das

pessoas, eventuais perseguições a servidores e alunos por questões político-ideológicas, dentre outros eventos de violência que possam impedir o acesso seguro aos campi ou risco iminente comunicado por autoridades externas.

PROTOSCOLOS

Todas as ações do plano são fundamentadas em protocolos operacionais objetivos. “Queremos evitar pânico, rumores e desinformação”, disse Alexandre. O primeiro protocolo é voltado à validação de informações e emissão de alertas, com definição de critérios, fontes confiáveis e fluxos para confirmação e comunicação de situações de risco. O segundo protocolo diz respeito à suspensão e retomada de atividades.

O terceiro protocolo refere-se ao não cômputo de faltas, para garantir proteção acadêmica e trabalhista aos membros da comunidade impedidos de comparecer à universidade por situação de risco. O quarto e último protocolo orienta procedimentos imediatos de atendimento a feridos e apoio psicológico em situações críticas.

AULAS

“Não é um documento de esvaziamento da universidade. Não é um plano para cancelar aulas. É um plano para proteger a permanência com segurança e justiça institucional. A ausência dele penaliza as pessoas que vivem em situação de maior vulnerabilidade social”, conclui Alexandre.

O plano não é meramente reativo. “A ideia é criar uma cultura de segurança. A UFRJ não tem poder de polícia, mas tem dever de proteção institucional”, disse.

NOTAS

MAIS LUZ E VIGILÂNCIA EM ESTACIONAMENTOS

A reitoria e decanias adotaram uma série de medidas para reforçar a segurança nos estacionamentos do Centro de Tecnologia e Centro de Ciências da Saúde. Após reunião entre o reitor, o prefeito e os decanos do CT, CCS e CCMN, na segunda-feira, 6, ficou decidido que haverá melhoria da iluminação, poda da vegetação e instalação de câmeras automáticas. As ações acontecem em resposta a uma sequência de furtos de veículos de professores e alunos, nas últimas semanas. Eles relataram as ocorrências nas redes sociais da AdUFRJ.

“Já começamos a ampliar a vigilância e a contratar, de forma

emergencial, o serviço de estacionamento, com equipes circulando continuamente para inibir arrombamentos”, afirmou o reitor.

Decano do CCS, o professor Luiz Eurico Nasciutti informou que os processos de melhoria da iluminação e instalação de cancelas, além do reparo da pavimentação, começam na próxima semana. “Já temos os holofotes para os estacionamentos. O controle vai ficar muito melhor”, afirmou.

O superintendente do CT, Agnaldo Fernandes, informou que a decania contratou uma empresa para instalar as cancelas automáticas. Mas ainda não há um prazo definido para o início do serviço.

DRONES E VIATURAS

A prefeitura do campus começou a usar drones e posicionou viaturas em locais estratégicos (foto), onde há registro de mais ocorrências. “Já intensificamos a segurança nos estacionamentos do CT e do CCS, com policiamento externo e com a Diseg (Coordenação de Segurança), especialmente no horário noturno”, disse o prefeito universitário Marcos Maldonado. “A Diseg já está fazendo o que a gente chama de ponto baseado, com veículos dentro dos estacionamentos e nos pontos de ônibus. Também estamos realizando abordagens, motopatrulhamento”, completou. “Tudo que é possível estamos



fazendo”.

Os gestores também pretendem fazer um aditivo aos contra-

tos com as empresas de segurança para a realização de rondas com motos nos estacionamentos. “Estamos montando um cordão de segurança dentro da Cidade Universitária. Isso tem que ser feito com inteligência. Não podemos ter confronto aqui dentro. Não quero ver um docente, um técnico, um aluno alvejado. Queremos que todos voltem para casa em paz”, afirmou.

A UFRJ orienta que todas as ocorrências sejam formalmente registradas. “o que contribui para o mapeamento das áreas mais vulneráveis e o direcionamento das estratégias de prevenção”, instrui a universidade no site.



HIPPERT

PESQUISA DESVENDA CRIMES E DISCURSO DA MACHOSFERA

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Eu te trato como todo homem macho alfa trata sua esposa. Com amor, carinho, atenção e autoridade de macho alfa provedor e fêmea beta obediente e submissa. Como toda mulher casada deve ser”. Essa é uma das mensagens de celular enviadas pelo tenente-coronel Geraldo Neto à sua mulher, a soldado Gisele Alves, ambos da Polícia Militar de São Paulo, dois dias antes de ela ser encontrada morta com um tiro na cabeça em casa, em 18 de fevereiro passado. O oficial, que sustentou inicialmente a versão de

suicídio da mulher, foi preso em 18 de março e é acusado de feminicídio e fraude processual.

Expressões como “macho alfa” e “fêmea beta” são comuns na chamada machosfera, ambiente tóxico que se espalha com rapidez e volume pela internet, sobretudo em plataformas de vídeos como o Youtube, alimentando condutas misóginas e violentas como a do tenente-coronel Geraldo Neto. “O volume e a circulação desses conteúdos que naturalizam a violência faz com que as pessoas levem isso para fora da internet”, acredita a coordenadora de pesquisas do NetLab da UFRJ, Luciane Belin.

A pesquisadora sabe bem do que está falando. Ela liderou, em 2024, o estudo “Aprenda a evitar esse tipo

de mulher: estratégias discursivas e monetização da misoginia no Youtube”, do NetLab em parceria com o Ministério das Mulheres, uma robusta análise sobre a desinformação e a violência de gênero nas plataformas digitais. Foram analisados 137 canais com perfil misógeno. No início deste mês, a equipe do NetLab revisitou os canais da pesquisa original e constatou que 90% deles seguem ativos. Mais que isso: aumentaram a produção de conteúdo e registram hoje quase 20% a mais de inscritos.

O incremento da machosfera na internet coincide com o aumento dos casos de feminicídio no país. Em 2025, foram 1.568 mulheres vítimas de assassinato no Brasil, com crescimento de 4,7% em rela-

ção ao ano anterior. Nos últimos cinco anos, houve um aumento de 14,5% nos registros de feminicídios, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “É muito difícil descolar uma coisa da outra. O aumento da misoginia online está ligado ao aumento da violência contra mulheres na vida real”, diz Luciane Belin.

Nesta entrevista, a pesquisadora detalha as manobras feitas pelos influenciadores para camuflar discursos de ódio em roupagens de dicas, treinamentos e cursos, aproximando os canais misóginos do chamado “universo coach”. E chama a atenção para a falta de transparência das plataformas, que acabam lucrando com a monetização dos canais misóginos.

● **Jornal da AdUFRJ — Como foi feita a reavaliação do estudo do NetLab de 2024, e o que você e sua equipe constataram?**

■ **Luciane Belin** — Para a pesquisa original, coletamos os dados em abril de 2024, e publicamos o estudo em dezembro daquele ano. O que fizemos agora, no início de março, foi revisitar os mesmos canais do Youtube analisados em 2024 para verificar se eles estavam ativos, se tinham produzido novos conteúdos e se conquistaram mais inscritos. E constata-

tamos que 90% deles estão no ar. Dos 137 de 2024, 123 seguem ativos.

● **Quase todos, então. E em relação ao número de inscritos?**

■ A quantidade de inscritos nesses canais, e também a quantidade de visualizações dos vídeos, já nos surpreenderam na pesquisa inicial. Aqueles 137 canais tinham 125 mil vídeos publicados, que alcançavam mais de 4 bilhões de visualizações. Os 123 perfis que seguem disponíveis somavam 19,5 milhões de inscritos em 2024. Hoje,

A pesquisa da Escola de Comunicação da UFRJ mostra que os canais misóginos do Youtube acumulam hoje mais de 23 milhões de seguidores, com um crescimento de 18,55% em apenas dois anos. Nesse período, foram produzidos 25 mil novos vídeos misóginos

eles acumulam mais de 23 milhões de seguidores, um crescimento de 18,55%, e produziram mais 25 mil vídeos nesses dois anos. O que isso nos diz? Que esses canais têm um público que consome seus conteúdos misóginos, e que esse público interessa aos influenciadores e às plataformas.

● **Há um estilo padrão nos conteúdos veiculados por esses canais?**

■ As abordagens são muito variadas. Há conteúdos voltados para meninos mais novos, ado-

lescentes e pós-adolescentes, com dicas de como pegar meninos nas baladas, como se aproximar e conquistar as garotas. Pode até parecer um conteúdo inocente num primeiro momento. Mas você vai assistindo aos vídeos e percebe que esse modo de construção é bastante violento. Tem meninos que se filma nas baladas chegando em quatro ou cinco meninas, tratando-as mal, sem pedir licença. Esses vídeos até brincam com a questão do consentimento, é como se menina não precisasse consentir a aproximação.

● **É de se imaginar o conteúdo para homens mais velhos...**

■ Esse é bem diverso. Há conteúdo para homens que já tiveram relacionamentos e foram acusados dentro do escopo da Lei Maria da Penha, por exemplo. Praticaram violência doméstica, mas se dizem inocentes. Para nós, pesquisadoras, fazer essa pesquisa foi bem pesado, assistir a vídeos como esses. Mas ficamos versadas nessas linguagens. O que a gente identificou é que se você é homem e teve, em qualquer momento da sua vida, uma frustração com uma mulher, isso te torna, automaticamente, público-alvo desses influenciadores. O motivo não importa: seja porque ela te traiu, seja porque pediu pensão, te acusou por qualquer coisa, pediu dinheiro emprestado e não devolveu...

● **Como canais de ajuda?**

■ Essas frustrações alimentam os influenciadores. Eles adotam uma linguagem educativa, pedagógica, e se dispõem a te ensinar a não ser mais explorado, a não cair mais na lãbia das mulheres, não ser fraco, não deixar a mulher se aproveitar de você. Eles se colocam como defensores desses homens, submetidos a mulheres que, supostamente, estão o tempo inteiro querendo se aproveitar. Não à toa uma boa parte dos vídeos tem como alvo de ataque mulheres que são mães solo. Eles tem até uma palavra para se referir a elas: m-sol. O conceito é que se aquela mulher passou por um relacionamento e teve um filho, ela automaticamente está procurando um substituto para o pai dessa criança. E que se você se relacionar com essa mulher você é um otário. Eles manipulam muito esse linguagem, são conteúdos bastante problemáticos em diversas frentes.

— **Você percebe um incremento na produção desse tipo de conteúdo?**

■ Sim. Poucos canais saíram do ar, e é normal que alguns deixem de produzir novos conteúdos. Mas constatamos que 90% deles estão lá, firmes e fortes. E isso tem sido muito ampliado pela questão da monetização. Esse “universo coach” virou um nicho, com dicas, técnicas, treinamentos, cursos, linguagem de mentoria, chamando você a fazer parte daquela comunidade. Os influenciadores daquilo que chamamos de machosfera se aproveitaram dessa lógica. Assim como tem coaches que te ensinam a ficar mais rico, ou a se preocupar com a sua saúde no Youtube, há canais que partem desses princípios para disseminar conteúdo misógeno. Assim, para você ter uma vida financeira estável, você não pode se relacionar com mulheres oportunistas e aproveitadoras. Que são todas, na visão desses homens.

● **E os influenciadores usam essa permissividade para expandir seus conteúdos...**

■ Muitos influenciadores usam termos e recursos disfarçados. Alguns, para não chamar a atenção da plataforma, não levantam red flags, como eles dizem, usam termos como colher ao invés de mulher. Ou misó no lugar de misógeno. Vão criando um vocabulário próprio. Se ela quiser acompanhar de fato esses discursos, a plataforma vai ter que ir se atualizando sempre para tirar do ar conteúdos problemáticos.

● **São conteúdos dissimulados?**

■ Mesmo quando são canais que não têm o foco de propagar conteúdos misóginos, eles partem de uma perspectiva que

“As plataformas têm o dever de ser responsáveis pelo conteúdo que divulgam. Sem o auxílio das plataformas, fica impossível para qualquer controle externo monitorar e atuar na moderação desses discursos de ódio”

é misógena. Que incentiva que esses relacionamentos sejam sempre problemáticos. Principalmente os canais que têm a linguagem da comunidade MG-TOW (Men Going Their Own Way, ou homens seguindo seu próprio caminho), que propagam a ideia do “homem sigma”, o homem independente, autossustentável, que não precisa das mulheres para nada. Todas essas subculturas que têm essa pegada do desenvolvimento pessoal masculino se encontram nesses canais. Eles flertam com a ideia da superioridade masculina, mas com a desculpa de que isso é só para que os homens possam se desenvolver melhor.

● **Esse tipo de conteúdo menos direto ajuda a isentar a plataforma de controlar esses canais?**

■ Sim, sem dúvida. As plataformas, e isso vale para o Youtube e para as demais, têm políticas de combate a discurso de ódio, mas isso não é exercido em sua plenitude. Em nossa pesquisa nos deparamos com duas palavras bem fortes para se referir às mulheres: burra e vagabunda. Palavras ofensivas e bastante explícitas. Mas muitos vídeos com essas palavras continuam no ar. Em outros casos, essa construção misógena surge de forma mais discreta, às vezes em vídeos que usam humor. E a resposta da plataforma, em geral, é que ela não pode se sobrepor à liberdade de expressão. Há sempre esse argumento.

● **E os influenciadores usam essa permissividade para expandir seus conteúdos...**

■ Muitos influenciadores usam termos e recursos disfarçados. Alguns, para não chamar a atenção da plataforma, não levantam red flags, como eles dizem, usam termos como colher ao invés de mulher. Ou misó no lugar de misógeno. Vão criando um vocabulário próprio. Se ela quiser acompanhar de fato esses discursos, a plataforma vai ter que ir se atualizando sempre para tirar do ar conteúdos problemáticos.

● **Esse tipo de conteúdo gera lucro para as plataformas?**

■ Esse é outro ponto importante. As plataformas têm pouco interesse em tirar do ar conteúdo que gera lucro para elas.



ARQUIVO PESSOAL

Dos canais que analisamos, 80% tinham pelo menos um tipo de monetização, como anúncios ou programas de membros, em que a plataforma também recebe uma parte do dinheiro. Às vezes o anunciante nem sabe que está veiculando seu produto num canal que propaga discurso de ódio. Essa questão poderia ser minimizada com mais transparência. A gente não sabe quanto um influenciador ganhou pela veiculação de um vídeo com anúncios, nem quem são os anunciantes, ou quanto ficou com a plataforma. Tudo isso é pouco transparente, dificulta análises mais profundas, e impede um diálogo mais aberto com os anunciantes.

● **Não caberia uma forma de controle externo ou regulamentação?**

■ Sim, a questão da regulamentação vem sendo debatida. Há um triângulo onde se tem liberdade de expressão, o negócio das plataformas digitais com seus termos de uso, e a soberania nacional, aí com relação à circulação de desinformação e aos discursos de ódio. A misoginia é um tipo de discurso

de ódio, de controle e desprezo às mulheres. As plataformas têm que respeitar a legislação brasileira. Sem uma regulamentação mais rígida seguirá essa falta de transparência e de moderação por parte das plataformas. No ano passado, o STF rediscutiu o artigo 19 do Marco Civil da internet, que isentava as plataformas digitais de responsabilidade sobre o conteúdo divulgado, e entendeu que ele é parcialmente inconstitucional. As plataformas têm o dever de ser responsáveis pelo conteúdo que divulgam. Sem o auxílio das plataformas fica impossível para qualquer controle externo monitorar e atuar na moderação desses discursos de ódio.

● **Este é um ano eleitoral, onde afloram discursos de ódio e desinformação na internet. Teremos muitas candidatas mulheres. O que esperar desses canais misóginos em plena atividade e sem um controle adequado nas plataformas?**

■ Esse foi um aspecto que abordamos pouco em nossa pesquisa, pois olhamos para as mulheres de uma forma geral.

Seria um campo interessante de pesquisa olhar para as mulheres candidatas. Mas, sem dúvida, há estudos que indicam que as mulheres candidatas são vítimas preferenciais de discursos de ódio, e focando na pessoa, e não na candidatura. Há uma diferença marcante. Enquanto nos homens o ataque se dá pelo cargo ou por conduta profissional, no caso das mulheres eles focam no corpo, no caráter. E este ano teremos o uso intensivo da IA, isso vai aprofundar essa questão. Mulheres na política são um alvo explícito de campanhas misóginas, e acredito que os discursos de desinformação de gênero tendem a aumentar.

● **Temos visto alguns casos de feminicídios de grande repercussão em que esses discursos misóginos aparecem fortemente. Você vê relação entre episódios de violência contra a mulher e esse universo da machosfera no meio digital?**

■ É muito difícil descolar uma coisa da outra. O aumento da misoginia online está ligado ao aumento da violência contra mulheres na vida real. Tivemos recentemente, além do caso do tenente-coronel de São Paulo, o estupro coletivo no Rio de Janeiro. O volume e a circulação desses conteúdos que naturalizam a violência faz com que as pessoas levem isso para fora da internet. O excesso de exposição a esse tipo de conteúdo misógeno contribui para que os homens manifestem violências e comportamentos de subjugação e de humilhação das mulheres. É o papel do homem alfa, como eles dizem, isso fica no imaginário. Veja que a reprodução dessa linguagem da machosfera pelo tenente-coronel mostra o quanto esse vocabulário e esses conceitos estão chegando para um público além dos fóruns mais obscuros da internet.

● **Com a recente aprovação pelo Senado da inclusão da misoginia entre os crimes de preconceito, você acha que pode haver algum avanço no combate a esse tipo de conduta?**

— A aprovação no Senado é um grande avanço, mas agora a pauta vai à Câmara, onde deve encontrar resistência. Alguns deputados inclusive já se manifestaram contra. Mas sem dúvida é um reflexo de como este tema é relevante e é importantíssimo que ele esteja sendo debatido com seriedade e pausando a opinião pública.

PROJETO INCLUI MISOGINIA COMO CRIME DE PRECONCEITO

Em 24 de março, o Senado aprovou — por 67 votos a favor e nenhum contra — um projeto que criminaliza a prática da misoginia e a torna crime equivalente ao de racismo. A proposta inclui a infração na Lei do Racismo, entre os crimes de discriminação ou preconceito. Como a proposta equipara a misoginia ao racismo, ela será um delito que não prescreve nem permite fiança. A matéria é de autoria da senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) e foi relatada no Senado por Soraya Thronicke (Podemos-MS). Caso seja sancionada, a medida estabelece penas de dois a cinco anos de prisão, além de multa. O texto ainda será apreciado pela Câmara dos Deputados, onde deverá encontrar forte oposição por parte da extrema direita. Os ataques já começaram. Em postagem no X, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) classificou a proposta como uma “aberração”, e prometeu empenho para derrubá-la. Já a deputada Bia Kicis (PL-DF) afirmou que o projeto “abre margem para censura e perseguição política, sobretudo em ano eleitoral”.



DEBATE O professor Daniel Conceição (ao microfone), diretor da AdUFRJ, e o secretário José Celso Cardoso Jr., do MGI, discutiram os rumos da reforma no Serviço Público

GOVERNO ESTUDA REFORMA ADMINISTRATIVA COM MAIS AUTONOMIA PARA SERVIDORES

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

O Serviço Público precisa ser reformado? Sim. Até hoje, a administração federal é regulada por um obsoleto decreto-lei (nº 200) do tempo da ditadura. Mas ele precisa ser reformado segundo o diagnóstico equivocado de que o Estado brasileiro é grande, caro e ineficiente? Não. Essa é a avaliação de José Celso Cardoso Jr., secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). O dirigente foi o palestrante convidado de um debate organizado pela AdUFRJ no último dia 30, no Salão Nobre do IFCS-IH.

Para José Celso, que é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as propostas de reforma administrativa em circulação no Congresso desde o governo Bolsonaro propõem apenas privatizar, cortar gastos em políticas sociais e punir servidores. “O objetivo não é melhorar e desempenho do Estado, embora isso esteja na retórica”, afirmou.

Em resposta, o governo prepara um documento que combina profissionalização da

máquina pública e ação do Estado em favor da sociedade. “O Estado não é um fim em si mesmo. O Estado é um ator importante do processo de transformação qualitativa do desenvolvimento”, defendeu José Celso.

Os princípios seriam, entre outros: mais democracia, mais diversidade, mais cooperação, mais equidade, mais transparência e atualização normativa. A ideia geral é conceder mais autonomia para os servidores avançarem na solução dos problemas do país. “É uma mudança de paradigma”, afirma.

REFLEXÃO PARA AS ELEIÇÕES

Diretor da AdUFRJ, o professor Daniel Conceição destacou a importância da atividade realizada no IFCS-IH, diante da proximidade das eleições de outubro. “Estamos inaugurando um esforço de trazer para dentro da universidade um debate de como melhorar o Estado brasileiro. O José Celso é uma grande referência para esta reflexão. Ele traz uma proposta de Estado muito mais complexa que uma caixinha burocrática”, disse. “Para ele, o Estado é a grande ferramenta para produzir sociedades que funcionem bem para as pessoas”, completou. Confirma a seguir uma entrevista exclusiva com o secretário do MGI para o Jornal da AdUFRJ.

Que reforma administrativa o governo pretende fazer?

Desde o começo da atual gestão, voltou à baila o tema da reforma administrativa. Mas esse tema sempre vem pela mão de pessoas que pouco entendem do Serviço Público ou têm uma visão muito equivocada dos problemas. As soluções têm um viés negativo da atuação do Estado. Para se contrapor, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), junto da Advocacia-Geral da União (AGU), propôs a criação de um grupo de trabalho com especialistas em gestão, em direito constitucional, em direito administrativo para pensar o decreto-lei nº 200, de 1967, que é o grande marco normativo de atuação do Estado. Ele é muito antigo, foi feito na ditadura. Precisa ser revisto e atualizado.

Esse grupo produziu um relatório de atualização do decreto

nº 200, entregue no final do ano passado. Desde então, o MGI e a AGU estão estudando o texto para transformá-lo em um projeto de lei. Que, se aprovado no Congresso, será uma grande inovação. Pois muda o foco da atuação do Estado. Em vez de controle procedimental, há uma ênfase voltada para como o Estado deve implementar políticas que resolvam os problemas nacionais. É uma mudança de paradigma.

Como assim?

Hoje existe algo que se chama de “apagão das canetas”. Quando um servidor, ordenador de despesa de um órgão público qualquer, se depara com uma dúvida de fazer ou não um gasto, autorizar ou não uma ação, ou tomar alguma atitude mais inovadora, ele prefere não fazer, porque há o risco de ser punido. Isso porque a ênfase é sobre os

controles de procedimentos dos gestores. Isso limita muito a capacidade de ação do Estado. O novo paradigma garante a segurança jurídica de que o servidor vai poder inovar e, ainda que não dê certo, não será culpabilizado por isso. Desde que se comprove que agiu de boa-fé. Isso é uma mudança incrível de fazer o Estado funcionar. Haverá mais autonomia para fazer mudanças que melhorem as políticas e ações do Estado.

Mas o governo Lula não poderia ter sido feito mais pelos servidores e, em especial, pelos professores?

Este período do mandato de Lula produziu três mudanças importantes na gestão como um todo que têm destaque nas universidades e na carreira docente. Foi feita uma reestruturação, diminuindo os níveis iniciais de progressão dos novos

FOTOS: FERNANDO SOUZA



professores, de modo que eles entram hoje na carreira com um salário maior que o de quatro anos atrás. Essa reestruturação permitiu a melhoria dos salários de entrada dos servidores.

A segunda mudança importante foi o reajuste salarial mesmo. Essa reestruturação veio acompanhada de um reajuste salarial que vem sendo implementado desde 2023, e que

culmina agora com a última parcela, neste mês de abril. A terceira foi uma recuperação dos concursos. Com criação de mais cargos nas universidades e nos institutos federais e a reativação dos concursos.

Essas três mudanças são insuficientes, mas não são desprezíveis, em função do contexto de restrições que o governo enfrenta. Mas claro que uma nova rodada de negociações deve acontecer no próximo ciclo governamental.

Qual o risco que a próxima eleição traz para esse processo?

O risco é imenso. Isso só vai acontecer se houver uma continuação dessa mesma visão de Estado. De fato, uma mudança de rumo muito abrupta do governo federal vai implicar em um retrocesso em relação a essas conquistas

#OrgulhoDeSerUFRJ

Julgamento de ex-gestores da universidade é adiado

> Relator retirou de pauta para reavaliação o processo criminal por supostos desvios de recursos por quatro professores e um técnico-administrativo da UFRJ. Eles já foram inocentados na esfera cível

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Prossegue a agonia de ex-gestores da UFRJ acusados, de forma infundada, do desvio de recursos de um contrato firmado há 19 anos com o Banco do Brasil. Terminou sem uma decisão a audiência da 2ª Turma Especializada do Tribunal Federal da 2ª Região que julgaria o caso, no último dia 7. Após a apresentação da defesa dos cinco réus — quatro professores e um técnico-administrativo —, o desembargador relator, Wanderley Sanan Dantas, decidiu retirar o processo de pauta para reavaliação. O julgamento será retomado em uma sessão virtual, ainda sem data definida.

Ao final da audiência, um dos réus, o ex-reitor Carlos Levi, mostrou esperança. “Estou otimista. Sigo cada vez mais convicto da boa-fé na administração desses recursos, como foi constatado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Advocacia-Geral da União (AGU). Esperamos que isso seja reconhecido na esfera criminal também”.

O contrato com o Banco do Brasil possibilitou uma série de obras e ações acadêmicas da UFRJ até sua interrupção, em 2011. Foram 339 obras e intervenções prediais, priorizadas por departamentos, unidades e conselhos da instituição. Entre elas, uma reforma da Faculdade Nacional de Direito e um Restaurante Universitário central (ao custo de R\$ 7,3 milhões) que fornece milhares de refeições por dia. Também houve a realização de 988 eventos técnicos, científicos e culturais — todos selecionados em editais públicos da UFRJ.

O professor Raymundo Oliveira, ex-presidente da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) à época do contrato, também avaliou de forma positiva o desfecho da sessão do dia 7. “O processo todo é um absurdo completo. Fica muito difícil sustentarem a acusação.

Diante do que foi apresentado, o desembargador resolveu pensar mais. Isso, para mim, é uma coisa boa”, afirmou. “Este é um indício de que o relator está interessado em conhecer bem as evidências e as questões técnicas relevantes para o caso. E isso é muito bom porque as evidências e os argumentos técnicos apresentados pelas defesas apoiam a inocên-

cia de nossos colegas de maneira irrefutável”, disse o diretor da AdUFRJ, Daniel Conceição. O julgamento foi acompanhado pela diretoria do sindicato e por dezenas de familiares e colegas da universidade, que prestaram apoio aos ex-gestores, usando camisetas contra o lawfare — o termo designa a utilização de instrumentos jurídicos para atacar um inimigo, com prejuízos à sua imagem na sociedade. Reforça a esperança de boas novas para os acusados a decisão na esfera cível de pouco menos de seis meses — bastante citada na argumentação dos advogados de defesa —, que afastou a imputação de improbidade contra Carlos Levi e os demais servidores. A Justiça reconheceu que os recursos discutidos no processo foram “integralmente utilizados em benefício da própria UFRJ, sem qualquer enriquecimento ilícito ou desvio em proveito pessoal dos gestores acusados”.



SOLIDARIEDADE Comunidade acadêmica acompanhou julgamento no Tribunal Federal da 2ª Região, no Centro do Rio



ADUFRJ PRESENTE Diretoria crítica lawfare e apoia colegas

“Estou otimista. Sigo cada vez mais convicto da boa-fé na administração desses recursos”

CARLOS LEVI
Ex-reitor da UFRJ

ços financeiros — não existia, à época, a portabilidade de contas —, o Banco do Brasil repassaria R\$ 43,5 milhões para a UFRJ, em cinco parcelas anuais.

O problema é que, onde a reitoria então dirigida por Aloísio Teixeira (de 2003 a 2011) enxergou uma oportunidade importante de recursos para a instituição, houve quem encontrasse a chance de uma retaliação política. Um docente, exonerado por condutas incompatíveis com o magistério durante a gestão daquela reitoria, conseguiu que o Ministério Público fizesse denúncia criminal de um suposto desvio dos recursos da UFRJ.

AACUSAÇÃO

O dinheiro do Banco do Brasil, considerado pela AGU à época como extraorçamentário, foi transferido para a Fundação Universitária José Bonifácio, de apoio à UFRJ (FUJB). Essa é uma prática corriqueira até hoje para agilizar as ações institucionais. A denúncia do suposto desvio, porém, levou o Tribunal de Contas da União a suspender o contrato para as devidas investigações, através de uma Tomada de Contas Especial, em 2011. Até então, a FUJB já havia

executado R\$ 34.164.245,04 do montante total. A última parcela do contrato (R\$ 7.795.690,60) e o saldo livre da penúltima parcela (R\$ 2.471.888,91), incluindo os rendimentos gerados sobre os recursos ociosos (R\$ 911.823,55), foram devolvidos à conta única da universidade, totalizando R\$ 44.431.824,55.

A regularidade do contrato foi atestada pelo próprio TCU, já em 2015, que aprovou as contas da fundação com apenas duas pequenas ressalvas: questionou o cálculo da correção monetária incluída no valor devolvido pela FUJB à UFRJ e repreendeu a fundação pela contratação de serviços de bufê para alguns eventos custeados pelo contrato

No entanto, o juízo de primeira instância fez leitura equivocada da decisão do TCU e interpretou que a devolução do “saldo livre” restante na conta da fundação fosse a devolução da taxa de administração para o ressarcimento de custos administrativos da FUJB. Com base nesse entendimento, condenou os gestores por peculato.

Em 2023, a AGU desfez de maneira clara a confusão da primeira instância sobre a “taxa de administração” e rejeitou categoricamente qualquer hipótese de desvio ou dano ao erário: “Em relação à gestão dos recursos do Contrato 52/2007, a FUJB recebeu sim remuneração em forma de taxa de administração no valor de R\$ 1.819.500,00, pagamento esse que foi auditado pelo TCU (...) e não recebeu qualquer censura” e “Se a FUJB prestou os serviços de gestão, como restou constatado pelo TCU, a conclusão não poderia ser outra, senão a de que não há irregularidade”.

FOTOS: ALESSANDRO COSTA

UFRJ vai importar bens científicos sem impostos

> Universidade formalizou contratos com suas fundações de apoio (FUJB e Coppetec) para fazer as compras de insumos e equipamentos com imunidade tributária, sem depender da cota do CNPq

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Motivo de dor de cabeça para os pesquisadores que dependem de insumos e equipamentos produzidos no exterior, a importação de bens científicos acaba de ganhar um auspicioso capítulo na UFRJ. A universidade está perto de realizar este tipo de compra com imunidade tributária, via fundações de apoio, sem as atuais limitações das aquisições feitas com licenças do CNPq.

O anúncio aconteceu em um seminário realizado no último dia 23, na Inovateca da UFRJ. “Com o respaldo que tivemos da Receita Federal e parecer da nossa Procuradoria, ficou reconhecido que a imunidade tributária recíproca prevista na Constituição (entre entes federativos) se aplica às importações da UFRJ”, afirmou o reitor Roberto Medronho. “É viável que a UFRJ adquira bens em seu nome e a fundação seja o apoio para operacionalizar esse processo sem perdermos imunidade”.

Não foi fácil. Nos últimos meses, houve uma série de reuniões e consultas com representantes da Receita, do Tribunal de Contas da União e do Ministério da Fazenda para garantir a iniciativa. “Não queremos fazer mais do mesmo. Ou a gente muda, age para transformar, ou continuaremos naquela mesma burocracia dos processos sem atender à nossa missão principal, de formar cidadãos, produzir e difundir conhecimento com excelência”, disse Medronho.

COTA EXAURIDA

“É hora de usar a imunidade porque se exauriu a cota do CNPq da lei nº 8.010, que foi instituída como um mecanismo da comunidade científica poder comprar os bens lá fora”, afirmou o pró-reitor de Gestão e Governança, Fernando Peregrino. “Pesquisa não se faz com bens improvisados. São bens sofisticados para sermos competitivos”.

A média da cota do CNPq dos últimos anos gira em torno de US\$ 250 milhões (veja quadro). Já foi de US\$ 400 milhões em 2023. Em 2026, está em US\$ 254 milhões. “O sistema cresce e a cota diminui. É o pior dos mundos”, disse Peregrino. “Já as importações totais do país



Pesquisa não se faz com bens improvisados. São bens sofisticados para sermos competitivos”

FERNANDO PEREGRINO
Pró-reitor de Gestão e Governança

somam US\$ 250 bilhões. Somos um milésimo. É muito pouco”.

No dia 10 de dezembro, a UFRJ enviou um ofício ao então secretário-executivo do Ministério da Fazenda (hoje ministro), Dario Durigan, sobre a utilização da imunidade tributária para a importação de bens científicos. “No dia 11 de fevereiro, recebemos a resposta alentadora de que tínhamos razão”, contou o pró-reitor.

No entanto, por orientação da Procuradoria, a UFRJ já protocolou uma consulta oficial à Receita. “Para consolidar o que disseram para nós. E isso vai gerar um parecer vinculante, para estender o benefício às demais IFES”, explicou Peregrino.

A confiança no resultado da consulta é tão grande que a universidade já assinou os contratos, naquele mesmo dia 23, com as fundações de apoio — Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) e Coppetec — autorizando que atuem na importação de bens científicos em nome da UFRJ. “A fundação de apoio receberá uma outorga, uma autorização prévia de que vão importar um bem por conta e ordem da UFRJ. A UFRJ será a adquirente e as fundações, agentes alfanegárias”.

Em paralelo, a administração central vai reativar a Divisão

SEM IMPOSTOS, MAS COM TAXAS

A professora Cláudia Figueiredo, do Instituto de Biofísica, comemorou a notícia da importação livre de impostos, com ressalvas. “É uma conquista. Até então, se não fizéssemos pelas fundações, não importávamos. E, sem a cota do CNPq, nem as fundações estavam conseguindo importar. Deveríamos ter a opção de importar sem custos pelo escritório de importação da UFRJ. Isso sim seria um avanço”, afirmou. “Teremos a opção de fazer pela própria UFRJ?”, questionou.

Cláudia citou o exemplo da USP, onde a universidade realiza a importação sem taxas administrativas. “Os pesquisadores pagam apenas transporte e desembaraço, valores muito menores que os 18% cobrados pelas fundações. Em um cenário de verbas escassas, esse dinheiro poderia ser usado para reagentes ou serviços dos projetos”, disse.

A compra em mercado nacional, explicou, muitas vezes é inviável. “Tenho um projeto aprovado com US\$ 120 mil para importar um equipamento, mas no mercado nacional ele custa cerca de US\$ 240 mil. Muitas agências

financiadoras nem permitem compra no mercado nacional porque o custo dobra”, afirmou.

O pró-reitor de Gestão e Governança, Fernando Peregrino, informa que não será possível fazer essa importação sem taxas administrativas. “A fundação não tem dotação orçamentária. Existem custos de salários, luz, água, internet”, observou. “Estamos construindo o mais difícil, que é importar sem a cota do CNPq. As taxas das fundações, segundo o decreto nº 9.283/18, podem variar de 5% a 15% do projeto. Com certeza, o custo da burocracia pública é muito maior”.

A importação pela própria UFRJ também não está no horizonte. “Falei com o pró-reitor da USP. Eles têm 12 funcionários no setor de importação. Nós temos 3”, comparou.

Por outro lado, o pró-reitor também considerou que a importação direta via universidade federal poderia apresentar um retrocesso. “A Finep só passa dinheiro para fundação. O BNDES também. Exatamente para fugir dos entraves burocráticos da administração pública. A UFRJ só tem caixa único”.

de Importações na PR-6 para liderar este processo, além de criar um grupo de trabalho junto às fundações, com apoio da Procuradoria, para formular os mecanismos necessários à institucionalização do sistema de compras.

“AÇÃO FUNDAMENTAL”

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, o professor João Torres comemorou a novidade. “Nós levamos as demandas dos pesquisadores à PR-6 e nosso pró-reitor, nas suas peregrinações construtivas, fez o que precisava ser feito”, disse. “É muito importante para a ciência brasileira que nós possamos importar e esse trânsito seja relativamente suave. Estamos todos conscientes da importância desse ato”, completou.

Diretor do Parque Tecnológico, o professor Romildo Toledo reforçou os elogios à iniciativa da administração central. Lembrou que liberação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) no go-

verno Lula aumentou muito a capacidade dos laboratórios de melhorarem sua infraestrutura. “Acontece que a Fazenda não acompanhou este movimento na mesma medida. Normalmente, as fundações utilizavam as licenças de importação do CNPq. A cota já foi da ordem de US\$ 500 milhões e hoje caiu bastante”, disse. “Essa ação é fundamental para que a gente possa recuperar a capacidade de atender às demandas”, completou.

COTA DE IMPORTAÇÃO:

2021 - US\$ 193,3 milhões

2022 - US\$ 388,3 milhões

2023 - US\$ 400 milhões

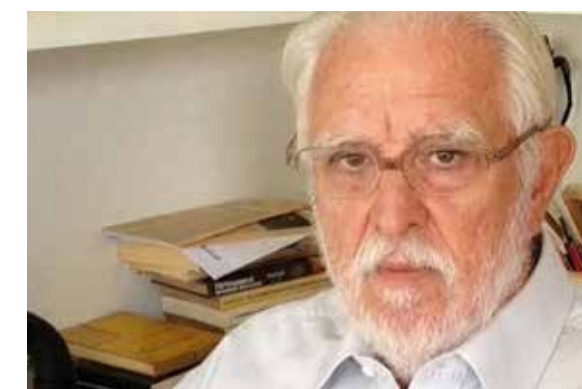
2024 - US\$ 265 milhões

2025 - US\$ 229,2 milhões

2026 - US\$ 254,1 milhões

FONTE: CNPq. Números divulgados pela UFRJ

Artigo



ADILSON DE OLIVEIRA
Professor titular do
Instituto de Economia da UFRJ

CRISE IRANIANA: OPORTUNIDADE PARA O BRASIL

A decisão unilateral dos EUA, em conjunto com Israel, de bombardear o Irã com o objetivo de provocar a derrocada do regime dos aiatolás tem se mostrado mais complexa do que inicialmente imaginada por Trump.

A inesperada resposta iraniana de controlar o fluxo de petróleo pelo estreito de Ormuz, por onde flui um quinto do consumo global desse combustível fóssil, elevou o patamar do preço do barril de 70 para 100 dólares, arrastando consigo os preços do gás natural e da eletricidade.

Ao dar início aos bombardeios de territórios iranianos, o governo dos EUA declarou que o conflito teria curta duração. Em poucas semanas, o preço do petróleo deveria voltar para o patamar vigente antes do início dos bombardeios. Porém, a percepção atual é que, mesmo que isso venha a ocorrer, o preço do barril permanecerá em patamar significativamente superior aos 70 dólares vigente no passado recente. Os efeitos dessa realidade já estão se fazendo sentir.

O novo patamar de preço do barril provoca a retração nos fluxos comerciais gerando desemprego. Ele induz o aumento nos preços dos fertilizantes, elevando os custos da produção de alimentos, corroendo a renda das famílias. A incerteza quanto ao novo patamar de preço induz a postergação de investimentos, reduzindo o ritmo do crescimento econômico global.

Os governos buscam mitigar os efeitos dessa crise aumentando o endividamento público, na expectativa de uma solução rápida que permita restabelecer o equilíbrio nas contas públicas. E, dessa forma, dar continuidade à transição energética dos combustíveis fósseis para as fontes renováveis, o que ainda está em seus primórdios.

Os efeitos energéticos, geopolíticos e econômicos da crise iraniana serão ressentidos por décadas. E eles serão mais significativos na Europa, na Ásia e na Oceania, regiões fortemente dependentes de grandes volumes de hidrocarbonetos importados. Paula-



O novo patamar de preço do barril provoca a retração nos fluxos comerciais gerando desemprego. Ele induz o aumento nos preços dos fertilizantes, elevando os custos da produção de alimentos, corroendo a renda das famílias. A incerteza quanto ao novo patamar de preço induz a postergação de investimentos, reduzindo o ritmo do crescimento econômico global”

tinamente, as organizações geopolíticas globais, instaladas após a Segunda Grande Guerra, continuarão se desfazendo.

A crise iraniana coloca o Brasil em situação singular. Sua matriz energética é, em grande medida, assentada em fontes renováveis de energia, e seu potencial para incrementar a oferta doméstica dessas fontes é elevado.

Por outro lado, o país é exportador de volumes crescentes de petróleo, situação que permite criar ambiente doméstico relativamente protegido das incertezas do mercado global de combustíveis fósseis. Sendo assim, o país reúne condições favoráveis para dar continuidade a sua transição energética.

Contudo, a atividade agrícola brasileira é fortemente dependente de fertilizantes importados e o sistema de transporte está assentado no suprimento de derivados de petróleo. As exportações de produtos agropecuários são fundamentais para uma inserção favorável do Brasil no ambiente geopolítico criado pela crise no Oriente Médio.

Essa crise abre uma janela de oportunidades para o Brasil superar suas limitações ambientais, sociais, geopolíticas e econômicas. Para tanto, é preciso aceitar que o Brasil terá que se ajustar a essa nova realidade com uma profunda

revisão na trajetória atual de desenvolvimento.

Tirando proveito da situação petrolífera doméstica, o governo deu um primeiro passo nessa direção ao buscar mitigar os efeitos de curto prazo da elevação do preço do petróleo. Porém, é necessário ir além, em pelo menos quatro dimensões.

Primeiro, acelerar a transição energética, fortalecendo as redes de transmissão de eletricidade e acelerando a substituição dos combustíveis fósseis por fontes renováveis no sistema de transporte.

Segundo, reestruturar o parque de refino para dotar o país da oferta de insumos petroquímicos demandados pela crescente atividade agropecuária.

Terceiro, relançar o processo de industrialização, centrado em sistemas integrados com a oferta doméstica de insumos produtivos primários.

Quarto, acelerar os investimentos em inovação tecnológica, tendo como objetivo garantir a resiliência econômica e a soberania nacional. Para tanto, é necessário articular os programas e projetos de pesquisa do CNPq e do MEC, de forma a redefinir a formação oferecida pelas faculdades de engenharia para dar proeminência à IA.

Aula Magna tem ode ao SUS e presente para a UFRJ

> Ministro Alexandre Padilha anunciou a liberação de R\$ 9 milhões para os institutos de saúde da universidade que não fazem parte da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Há trinta e seis anos, Alexandre Padilha visitou a UFRJ pela primeira vez, ainda como estudante. No dia 7 de abril, o agora ministro da Saúde retornou para dar uma aula magna que misturou lembranças, uma ode ao Sistema Único de Saúde (SUS) e notícias muito boas para a maior federal do país, em um lotado auditório do Quinzentão, no CCS.

O paulista tinha apenas 19 anos, em 1990, quando participou do Encontro Científico de Estudantes de Medicina. “Tenho uma lembrança muito feliz porque saí daqui como presidente da Direção Executiva Nacional de Estudantes de Medicina”, recordou. “A UFRJ era a linha de frente da resistência à privatização das universidades públicas, projeto de Collor, derrotado graças a essa resistência e hoje estamos aqui, com uma plateia cheia de estudantes pretos, pretas, com maioria de mulheres. Isso é o que mais me alegra e é a mudança mais visível”.

Durante o evento, Padilha assinou uma portaria com a liberação de R\$ 9 milhões para os institutos de saúde da UFRJ que não fazem parte da gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). “Este é nosso compromisso com a universidade pública”, afirmou Padilha, ao lado do reitor Roberto Medronho.

O novo convênio insere os institutos de Psiquiatria, de Ginecologia, São Francisco de Assis (HESFA), de Doenças do Tórax, de Neurologia e do Coração e do Programa Nacional de Qualificação e Ampliação de Serviços Prestados por Hospitais Universitários Federais Integrantes do Sistema Único de Saúde (PRHOSUS).

O programa prevê para este ano o investimento total de R\$ 1,4 bilhão em hospitais e institutos de atenção à saúde de universidades federais. “O Ministério da Saúde coloca este ano 90% a mais dos recursos que foram aplicados em 2022 nos HUs federais”, destacou Padilha. “Esse repasse é feito via Ebserh. Ocorre que esses institutos da UFRJ, por não estarem inseridos na Ebserh, não estavam recebendo esses valores. Agora vão passar a receber mesmo sem a contratualização com a empresa”, explicou o ministro. Outra notícia dada em primei-



FERNANDO SOUZA

ra mão durante a aula magna foi a formalização do registro dos profissionais sanitários. A cerimônia de concessão do primeiro registro de sanitário do Brasil, entregue à pesquisadora Maria Cecília Minayo, aconteceu no mesmo dia, à tarde, na Fiocruz, com a presença do ministro. A profissão foi regulamentada pelo Decreto nº 12.921, publicado no Diário Oficial da União na manhã do próprio dia 7.

Os interessados em solicitar a emissão do registro profissional de sanitário devem preencher um formulário eletrônico no site do Ministério da Saúde, pasta que regulará o registro profissional. A solicitação também deve acompanhar o diploma de graduação, mestrado, doutorado, ou especialização lato sensu nas áreas de saúde coletiva ou de saúde pública.

NÚMEROS DO SUS

Padilha falou sobre os avanços e os desafios do SUS, que completa 36 anos em setembro. Desde sua implantação, o sistema reduziu a mortalidade infantil em 72%. “Foi a maior redução de mortalidade infantil em todo o mundo”, destacou Padilha. “Atingimos, no ano passado, o menor patamar do nosso país: 12,1 óbitos a cada mil nascidos vivos”, revelou o ministro. A introdução da vacina que previne a bronquite - doença que é

uma das principais causadoras de morte até dois anos de idade no calendário de imunizações de gestantes também foi destaque. “A gestante toma a partir da 28ª semana. Já foram vacinadas 750 mil e a meta é chegar a 2 milhões de imunizadas”.

O ministro apresentou também alguns recordes em atendimentos e procedimentos. Em 2025, o SUS alcançou 14,9 milhões de cirurgias eletivas. Um aumento de 40% desde 2022. “Todo dia há um Maracanã cheio de pessoas realizando cirurgias eletivas em algum hospital do país”, comemorou. As quimioterapias saltaram para 4,7 milhões, um incremento de 20% desde 2022. Outra boa notícia é sobre a realização de transplantes: o país realizou 30,9 mil procedimentos, registrando também um aumento de 20% em comparação com 2022. Os exames saltaram para 1,3 bilhão realizados, aumento de 37% na comparação com o mesmo ano. “Conseguimos registrar aumento em todas as vacinas do calendário infantil com a retomada das campanhas. Outro dado fundamental, é que somos o maior país do mundo a eliminar a transmissão vertical do HIV”, celebrou Alexandre Padilha. “Se conseguimos com o HIV, precisamos conseguir com a Sífilis e com a Hepatite B”, disse.

Padilha recordou a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que completa 40 anos em 2026. “Foi um momento muito importante e estratégico para o SUS. Naquele momento, em 1986, a sociedade civil brasileira construiu as bases do que foi aprovado na Constituinte e, dois anos depois, na Lei Orgânica do SUS”, disse. “Com o SUS o Brasil vive mais. É, sem dúvida, a política pública de maior capilaridade e de maior impacto no enfrentamento das desigualdades do país. Todos os indicadores que estão relacionados à vida no Brasil melhoraram com a criação do SUS”.

O ministro destacou que nenhum país com mais de 100 milhões de habitantes assumiu o compromisso de garantir saúde pública como direito a todos os seus cidadãos. “Nenhum país ouso colocar na sua Constituição a ideia de um sistema nacional de saúde que fosse universal, onde todas as pessoas tivessem o direito de serem atendidas”, afirmou. O SUS foi inspirado principalmente em sistemas públicos de saúde de três países: Canadá, Inglaterra e Cuba. Todos têm menos de 60 milhões de habitantes, enquanto o Brasil possui 213 milhões.

DESAFIOS

Como principais desafios para a manutenção e fortalecimento do SUS, o titular da Saúde apontou o envelhecimento da população

brasileira e as mudanças climáticas. Hoje, o SUS é o único meio de acesso à saúde para 70% dos idosos do país. Um número que deve aumentar nos próximos anos. “São idosos que dependem exclusivamente do SUS. Em paralelo, temos incrementos importantes de doenças que representam enormes desafios para o cuidado”, apontou Padilha. O AVC, por exemplo, foi responsável por 47,5 óbitos por cem mil habitantes em 2025. A hipertensão já afeta 29,7% da população. Há estimativa de 781 mil novos casos por ano de câncer no país. Outro tema que exige atenção é a saúde mental: houve incremento de 70% nos investimentos e crescimento de 333% do chamado transtorno do jogo.

No âmbito das mudanças climáticas, o desafio é duplo: lidar com novas doenças que surgem em territórios onde antes não existiam e reconstruir unidades de atendimento impactadas por catástrofes ambientais. “A crise climática é um problema sobretudo de saúde pública. É necessária a adaptação dos sistemas de saúde de todo o mundo. Para lidar com esses desafios, precisamos de uma reforma institucional da atenção especializada, reincorporar novas tecnologias aos diagnósticos, atendimentos e tratamentos, e derrotar o negacionismo”.

tem múltiplas formas de manifestação. “As trajetórias individuais entre os pacientes divergem muito. Há pacientes que têm uma evolução rápida e outros que estão há dez, doze anos acometidos, mas com uma evolução muito mais lenta”, exemplifica. “Claramente são casos diferentes? Estamos nos propondo a compreender isso”, explica o professor.

Outra linha é entender o que faz algumas pessoas não desenvolverem o Alzheimer. A ideia é buscar essa resposta em idosos que não foram acometidos pela demência. “O que os torna resistentes ao aparecimento de doenças de Alzheimer, enquanto outras pessoas com 60, 65 anos já apresentam sintomas e declinam rapidamente?”, questiona.

apoiar a atividades de pesquisa, além de auxílio de 3.500 euros para cobrir despesas para a participação na cerimônia de entrega do prêmio. O evento deste ano vai ocorrer em Barcelona, durante o fórum da Federação das Sociedades Europeias de Neurociências (FENS, na sigla em inglês), que acontece entre os dias 6 e 10 de julho. Na ocasião, Mychael Lourenço dará uma conferência para apresentar seu trabalho. O prêmio possui um comitê de seleção composto por especialistas renomados. A presidência é dividida entre Carmen Sandi (Suíça) e Gilles Laurent (Alema-

Pesquisa sobre Alzheimer ganha prêmio internacional

> Docente do Instituto de Bioquímica Médica é o primeiro sul-americano a vencer o prêmio ALBA-Roche Prize for Excellence in Neuroscience Research. Cerimônia acontece em julho, em Barcelona

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O professor Mychael Lourenço, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ, foi o vencedor do Prêmio ALBA-Roche Prize for Excellence in Neuroscience Research. O prêmio é oferecido a cientistas que já alcançaram conquistas excepcionais na carreira. No caso do professor da UFRJ, suas investigações sobre o Alzheimer motivaram a distinção internacional.

Ele comemorou o feito e afirmou que não é o único responsável pelo destaque internacional. “O prêmio é nominal a mim, mas ele representa o sucesso do grupo de pesquisa. Temos muitos alunos trabalhando, técnicos de laboratório, muitos docentes. Então, é mérito de todos nós e da universidade”, destaca.

O docente, que coordena o Laboratório de Neurociência Molecular (LourençoLab), pesquisa formas de diagnosticar o Alzheimer precocemente. Uma de suas descobertas relaciona o Alzheimer à perda de uma substância chamada carnitina especialmente em mulheres. A molécula – que participa do transporte de gordura – pode ser identificada por meio de exames de sangue comuns. O achado abre caminho para exames menos invasivos e mais baratos para o diagnóstico em populações de risco para a demência. Hoje, cerca de dois terços dos diagnósticos são em mulheres. A partir desse achado, a pesquisa abriu outras linhas de investigação. Uma delas busca entender por que o Alzheimer

O PRÊMIO

O ALBA-Roche Prize for Excellence in Neuroscience Research foi lançado em janeiro de 2024. Antes do professor da UFRJ, haviam recebido a premiação os professores Mootaz Salman, da Universidade de Oxford, no Reino Unido, e Binna Yalcin, da Université Bourgogne Europe, na França. Mychael Lourenço é o primeiro docente não europeu a receber a distinção.

A ideia é premiar cientistas que já tenham trabalhos de destaque em estudos na área de Neurociências. O vencedor, além da distinção internacional, recebe 15 mil euros em



“O prêmio é nominal a mim, mas ele representa o sucesso do grupo de pesquisa. Então, é mérito de todos nós e da UFRJ”

MYCHAELOURENÇO
Professor do IBqM

Perguntado sobre o que o motivou a investigar pessoas saudáveis, quando a rota tradicional da ciência indica a investigação em indivíduos doentes, Mychael Lourenço contou que o “estalo” veio do aprofundamento de suas pes-

quisas. “Percebemos que existe algum mecanismo de resiliência e algum mecanismo de resistência também”. Ele explica a difusão: “Resistente é aquela pessoa que não desenvolve a patologia, sequer começa a ter os eventos que levam à doença. Resiliente é aquele indivíduo que apresenta a patologia, mas não desenvolve sintomas. Essas pessoas existem”, diz. “Acredito que elas podem nos informar por que outros adoecem e como tratá-los”, revela.

O professor defende que essas pessoas que chegam aos 90 anos cognitivamente intactas são muito valiosas para a neurociência. Mas ainda é um desafio chegar a essa população. “Precisamos garantir que esse idoso se encaixa no grupo que queremos estudar e diferenciar quem tem a doença em curso de forma silenciosa e quem tem o cérebro totalmente preservado. São grandes desafios”, conta. O grupo de pesquisa ainda avalia as estratégias para captar esse público-alvo. “A gente pode fazer chamadas abertas, ou buscar ativamente parcerias com associações, programas de saúde e instituições de assistência”.

Já Andréa Tosta é pós-doc do laboratório sob a supervisão de Mychael Lourenço. Seu projeto busca compreender um receptor inflamatório que está relacionado à perda de memória, o CCR5. “Ele existe no nosso corpo, mas fica muito ativo quando desenvolvemos processos inflamatórios. A hipótese é que a doença neurodegenerativa amplia a ativação desse receptor”, diz. “Já sabemos que em pacientes com HIV, quando esse receptor foi estabilizado, houve melhora da memória. Queremos investigar se o mesmo se aplica para doen-

ças de Alzheimer”. social estão entre eles”, disse. O estudo, porém, foi baseado na população do Norte Global. Na população brasileira, os riscos se manifestam de formas diferentes, conta Ribeiro. “O isolamento, por exemplo, não é tão importante, mas o acesso ao estudo formal impacta muito mais a população brasileira”, exemplifica o pesquisador. “Daí a importância também de o Brasil investir em estudos sobre a nossa população”, destaca.

O docente estuda mecanismos de degradação das proteínas que se acumulam no cérebro da pessoa acometida pelo Alzheimer. Este é outro viés das investigações do grupo. “Um dos problemas é que há falhas do mecanismo de degradação dessas proteínas. O corpo produz e não consegue eliminá-las, então vão se acumulando, muitas vezes por décadas, até que a doença se manifesta”, explica. “Quando o paciente é diagnosticado, ele já perdeu muitos neurônios e o processo da perda de memória já está instalado. A ideia é encontrar alvos terapêuticos que incidam nesse paciente antes dessa morte neural”.

O professor Felipe Ribeiro, do Instituto de Bioquímica Médica, é um dos que colaboram com o grupo de pesquisa do professor Lourenço. Ele também defende a importância de voltar o foco à população saudável. “Nos últimos anos tem-se avançado bastante na descoberta de riscos genéticos e fatores ambientais que aumentam ou diminuem o risco para Alzheimer. Cerca de 50% dos casos atuais poderiam ser evitados se alguns fatores fossem retirados”, revela o docente. “Uso excessivo do álcool, perda auditiva, isolamento

adversidades para realizar o seu trabalho. Todo aquele que alcança resultados de excelência mesmo em ambientes ou em situações desfavoráveis”, afirma. A pesquisadora revela que o aspecto mais importante de sua atuação no comitê avaliador é poder levar o olhar de uma pesquisadora da América do Sul ao grupo. “É um prêmio criado por instituições europeias, com maioria dos pares europeus, então, sem dúvidas, poder emitir o meu olhar, que é o de uma pesquisadora que percebe as injustiças estruturais é uma contribuição muito importante. Além disso, dá visibilidade ao

Brasil e à UFRJ”. Para Flávia Gomes, o resultado deste prêmio é uma alegria tripla. “Participar do comitê, ser um brasileiro o vencedor e ele ser da UFRJ são motivos de enorme alegria para mim”, diz a pesquisadora, que revela não ter participado da avaliação do trabalho de Mychael Lourenço. “O comitê leva muito em consideração os critérios de confiabilidade e conflito de interesses. Pesquisadores que eventualmente conheçam candidatos não participam da avaliação de seu trabalho”, explica a docente.

Perfil

MYCHAELOURENÇO, UM 'JOVEM VETERANO' NO IBQM

Aos 36 anos, o professor Mychael Lourenço reúne perfeitamente a intensidade de um jovem pesquisador com a profundidade acadêmica esperada para um veterano. Desde 2018 como docente do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ, ele se destaca pela excelência de suas pesquisas que se propõem a investigar a doença de Alzheimer. Seus resultados e abordagens repercutem internacionalmente desde os primeiros anos de sua atuação como docente da UFRJ.

Conheça um pouco mais sobre esse jovem pesquisador da universidade.

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

ALESSANDRO COSTA

Em 2019, o professor fez parte da descoberta que associou o hormônio irisina — produzido pelos músculos e pelo cérebro com a prática de atividades físicas — à preservação dos neurônios contra o Alzheimer. O achado ganhou projeção em todo o mundo. “A irisina ajuda a proteger das transformações pelas quais o cérebro passa com a doença”, contou ao *Jornal da AdUFRJ*, em 2023. Naquele ano, ele foi citado como um dos 11 jovens cientistas mais relevantes do mundo em sua área. A lista foi divulgada pela revista *Nature Medicine*.

Representante de uma nova geração de professores, ele afirma que formar cientistas de diferentes perfis e trajetórias acadêmicas é fundamental para enriquecer as abordagens acadêmicas. “A diversidade na ciência torna as abordagens de pesquisa igualmente diversas. O olhar é diferente, as buscas por soluções são diversas. A ciência só tem a ganhar”, defende.

Ele também defende que o Brasil deve se debruçar mais sobre sua população. No caso do Alzheimer, a diversidade e a miscigenação populacional podem trazer achados muito diferentes na comparação com populações europeias, por exemplo. “Há uma série de marcadores ambientais de risco para o Alzheimer que, já sabemos, não se aplicam completamente para a população brasileira. Outros que só aparecem na nossa população. A nossa constituição populacional é uma joia muito preciosa para a ciência. Precisamos ter mais estudos focados nos brasileiros”.

O docente coordena o Laboratório de Neurociência Molecular (LourençoLab) e se destaca também por importantes atuações nacionais e internacionais. Ele é pesquisador de produtividade 2 do CNPq, Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj, membro da Academia Brasileira de Neurologia e integrante do Comitê de Programa da Society for Neuroscience (SfN), responsável por planejar e organizar o maior encontro de neurocientistas do mundo. Também atua como editor e revisor para diversos periódicos internacionais, entre eles o *Brain Research* e a *Alzheimer's Dementia*.



Botafoguense de coração, o futebol e a música são suas duas outras grandes paixões, além da ciência. No dia a dia, os companheiros de trabalho relatam uma relação de generosidade, amizade e rigor acadêmico com os colegas. É o que atesta o professor Felipe Ribeiro, do Instituto de Bioquímica Médica. “Conheço o Mychael desde 2011, quando eu era da Iniciação Científica e ele já fazia mestrado. Ambos somos crias da UFRJ”, lembra. “Ele é um excelente colega e todos nós nos sentimos muito orgulhosos do prêmio que ele recebeu, porque também somos um pouco parte disso. É uma imensa alegria para todos nós poder compartilhar o dia a dia de trabalho

com ele e também essa premiação”.

Andréa Tosta, pós-doutoranda do Laboratório de Neurociência Molecular, também é só elogios. “Eu conheci o professor Mychael durante meu doutorado da UFF e fico até sem palavras para falar sobre ele. É um pesquisador muito competente, absolutamente fora da curva”, diz. “Está sempre disponível para todos os colegas. É uma referência para mim. Está sendo muito importante para minha formação ter essa experiência de pós-doc aqui na UFRJ com ele”.

A professora Flávia Gomes, titular do Instituto de Ciências Biomédicas, também não poupa adjetivos para elogiar o colega. “Ele é um pesquisador jovem

e muito completo quando pensamos no que é desejável para o perfil de um pesquisador. Mychael é muito sério e absolutamente criterioso na pesquisa, mas também se preocupa com outras áreas, como a formação de recursos humanos, e tem importante atuação na divulgação científica”, elenca. “Colaborei muitos anos com o grupo de pesquisa onde ele fez sua formação científica e tive oportunidade de vê-lo atuar como profissional não só na UFRJ, mas fora do Brasil, em conexões com sociedades científicas internacionais”, revela a professora. “É uma alegria tê-lo como professor da UFRJ”.